

Mídia e cotidiano
A escrita política sem caneta espiã

Wellington Pereira¹

A construção do segredo na sociedade contemporânea metamorfoseia as formas da verdade, da justiça e da ética na vida cotidiana.

Com o escândalo dos Atos Secretos do Senado Brasileira, podemos atestar a complexidade da interpretação dos fatos sociais na sociedade pós-moderno. Isso pode ser demonstrado em três níveis: 1) a perda do sentido da política como administração da cidade-estado; 2) as técnicas de obsolescência do fluxo de informação na burocracia; 3) a banalização comercial do segredo através de artefatos tecnológicos.

Ao perder seu sentido primevo, a política se distancia – no sentido clássico – de sua função básica: administrar os bens públicos. Ela deixa de encarnar a gênese das formas de governo se transformando em um conjunto de enunciados dependente de “hiper-relatos” que fortalecem as ações políticas individuais, como: consumo, espetáculo e retórica midiática.

As técnicas de obsolescência da informação no campo da política se definem com a modificação dos poderes institucionais em detrimento dos poderes individuais. Essas técnicas se evidenciam nas “reescritas” de portarias internas, autorização para demissão ou contratação, ordens de despesa.

Na banalização do segredo, o espetáculo da informação promovido pelos novos artefatos tecnológicos cria a ilusão da participação ativa da sociedade civil na administração da República.

Os 663 atos secretos imputados à administração do Senado reafirmam que a política sente a necessidade cada vez mais de se amparar em “hiper-relatos” para se legitimar. Nesse caso, temos – enquanto cidadãos a dificuldade em entender se ainda caminhamos através da virtude republicana, regredimos à honra da monárquica – a partir da defesa de interesses pessoais ou alimentamos as tecnologias do medo, um dos fundamentos dos regimes despóticos.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB.

A grande dificuldade é entender que no processo político o segredo não é antônimo da verdade. Esta não é totalizante; aquele não é estático.

O segredo precisa ser alimentado por uma rede de tecnologias que inclui desde a burocratização das ações humanas até a corrupção.

As verdades são as somas de construções conflituosas, como explicita João Almino, em seu livro, *O segredo e a informação*:

*“O que é verdade, Portanto? Nietzsche assim responde à sua própria questão: ‘um batalhão de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas, poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo, sólidas, canônicas, obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força visível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moeda”.*²

Embora a verdade não possa prescindir do uso de metáforas, pode-se entender que a materialização da verdade se dá através de um processo cultural que valoriza o imaginário sociocultural de um povo.

O problema é que não podemos reduzir o segredo na sociedade contemporânea à mentira – pensando esta como a distorção da verdade de fato. Mas mentir significa examinar, de forma metalingüística, as ações humanas: transformando-a em um problema de esclarecimento, de natureza do direto.

No caso da administração do Senado, o valor filosófico da mentira é reduzido às práticas criminais de distorção do exercício político e da informação. Portanto, aos políticos não cabe o controle de fatos republicanos através do segredo, pois “o sujeito do direto à informação é o cidadão”.³

As denúncias sobre os Atos Secretos do Senado não podem ser investigadas a partir do relativismo ético que caracteriza a política na sociedade do espetáculo, na qual o relativismo moral mistura questões sócio-filosóficas, como o segredo, a mentira, o direito à informação com as ofertas de consumo.

² Almino, João – *O segredo e a informação – ética e política no espaço público*. São Paulo: Brasiliense, 1986, página 8.

³ - idem, página 17.

A escrita do segredo político não se anota com uma caneta-espiã – comercializada na maioria das lojas virtuais, pois segredar atos administrativos é transforma a virtude pública em mercadoria privada.

Leituras indicadas:

ALMINO, Afonso. **O segredo e a informação: ética e política no espaço público.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

HELLER, Agnes et alii. **A condição política pós-moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PUENTE, Fernando Rey (Org.). **Os filósofos e a mentira.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.